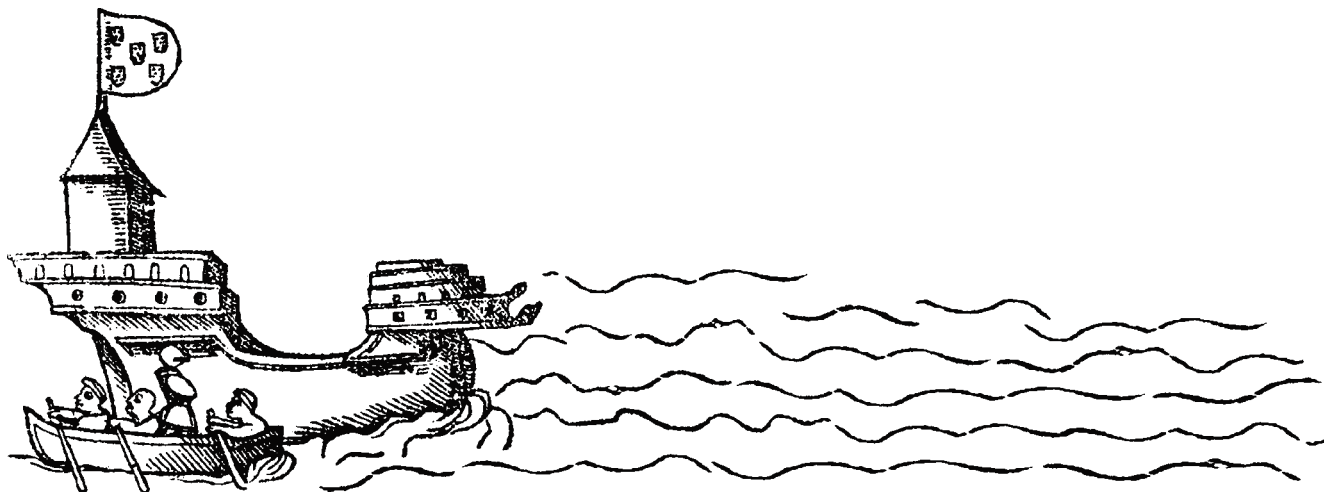




A Grande Aventura de Fernão de Magalhães na Cronística Portuguesa do Século XVI

JOSÉ MANUEL GARCIA

A reconstrução e investigação em torno da grande viagem de exploração marítima que, entre 1519 e 1522, destaca a projecção, organização e direcção do navegador português Fernão de Magalhães tem vindo a assentar excessivamente num texto entre peregrinação e narração – a conhecida obra do viajante e tripulante italiano Antonio Pigafetta – em associação com uma colecção documental claramente dominada pela produção oficial de espécies e registos espanhóis. A rica documentação portuguesa sobre o tema tem sido largamente negligenciada, mesmo quando destaca as primeiras memórias e interrogatórios feitos entre participantes da viagem, controlados e aprisionados pelas autoridades portuguesas nas Molucas, em Timor ou em Cabo Verde ao longo de 1522, sendo também muito pouco estudada e debatida a ordem da representação da expedição de Magalhães na produção cronística portuguesa quinhentista da expansão lusa na Ásia. Pretende, por isso, esta pesquisa concorrer para sublinhar o interesse tanto testemunhal como representacional dos principais trabalhos cronísticos portugueses sobre a circulação ibérica no Sudeste

Asiático, recuperando a sua ordem memorial e as principais perspectivas que recriaram a aventura magalhânica e as suas consequências na rede de movimentação política e comercial, oficial e privada, de portugueses apostados em compartilhar activamente nos lucros generosos do comércio das especiarias da Indonésia Oriental.

Acresce ainda que muitas das principais memórias fixadas e arrançadas pela cronística da expansão portuguesa na Ásia revelam um importante acesso a documentação oficial que, cruzada a vários testemunhos memoriais vivenciais, alguns actualmente perdidos, alargam o interesse também testemunhal deste importante acervo narrativo histórico. Entende-se, assim, relevante acompanhar com alguma demora e atenção estes diferentes testemunhos cronísticos, recuperando rigorosamente a ordem factual deste discurso narrativo especializado, trabalho fundamental para, paralelamente, se destacarem as principais categorias e representações projectadas por este universo textual historiográfico do século XVI sobre a vida e a grande aventura oceânica de Fernão de Magalhães.

I. DE FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA A GASPAR CORREIA

O cronista Fernão Lopes de Castanheda comparece como primeiro autor português quinhentista a interessar-se pela história da exploração marítima de Fernão de Magalhães e as suas principais consequências para os projectos políticos manuelinos na Ásia mais longínqua. Assim, no sexto livro da sua celebrada *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, obra estampada em 1554, o cronista quinhentista preferiu destacar em empolada prosa que Magalhães

“por se vingar del-rei D. Manuel, mostrando-se agravado dele, lhe fez uma grande traição, que foi dizer ao imperador Carlos, quinto deste nome, que era rei de Castela, que pola repartição da conquista que se começou de fazer antre el-rei D. João o segundo de Portugal e el-rei D. Fernando de Castela, que não houve efeito, eram de seu descobrimento e conquista as ilhas de Banda e as de Maluco...”¹

Importa fixar esta dura perspetivação em torno da categorização de “grande traição” a partir do “agravo” recebido por um Fernão de Magalhães em busca de privilégios junto do rei D. Manuel, visto se tratar de categorizações largamente recorrentes na crónica portuguesa quinhentista interessada neste assunto. Retenha-se que o tema da “traição” assenta, seguindo Castanheda, no afastamento da repartição imposta pelo Tratado de Tordesilhas, assinado entre as coroas ibéricas em 1494, sugerindo Magalhães a inserção das ricas ilhas das Molucas no interior da área de demarcação de “Castela”, agora transformada numa grande Espanha imperial sob a ordem de Carlos V. Esta categorização recebe seguidamente a perspectiva ainda mais qualificada da crónica latina que Jerónimo Osório divulgou a partir de 1572 no mundo cultivado europeu com o título *De rebus Emmanuelis gestis*, depois publicada em várias edições. Fernão de Magalhães é categorizado neste texto também crónico como “um português que, esquecido da fé, da piedade e da religião, se deu pressa a trair o rei que o educara, a pátria que lhe dera o ser”². Esta ideia de uma traição agora entendida como contrária à religião porque contrária à piedade e submissão filiais, esquecida mesmo do seu lugar “paternal” de nascimento (é este o sentido epocal de “pátria”), mobiliza ainda fundas diatribes do bispo

de Silves construindo o local narrativo de mais larga antagonização da vida e opções de Magalhães. Uma arranjada contundência que, pura e simplesmente, não se acolhe à crónica do mesmo reinado de D. Manuel cerzida pela pluma humanista de Damião de Góis, aliás generosamente seguida pelo trabalho osoriano que retoma ainda os temas da *codicia* e avareza que teriam marcado o encerramento da comunicação entre Magalhães e o rei Venturoso:

“Fernão de Magalhães contendia pelos seus serviços se lhe devia aumentar mais dois tostões por mês a moradia e el-rei por não abrir entrada a ambiciosos, lho negou. Comovido Fernão de Magalhães de lhe ser esta mercê negada naquele tempo, se foi de el-rei, quebrou a lealdade e pôs a república em extremo perigo. E como hajam as injúrias da república de serem por nós comportadas, e também os agravos dos reis, por serem os pais da república; e como a vida que devemos à pátria, pelo salvamento da pátria se tem de expor; um homem atrevidíssimo tanto nojo concebeu por metade de um cruzado que se lhe negou, que se pôs contra sua pátria, faltou à fé, ao rei que o tinha sustentado e aventurou a república, por quem morrer devera. Que chegou a ponto o lance, que pendia sobre o bem geral o acaso de uma arriscada guerra. Não sei por onde se coleou nas repúblicas tão bárbaro costume que sendo não só odioso e travisto o nome de traidor, mas ainda ferrete de desonra para toda a posteridade, haja homens que, deliberados a quebrantar a fé, a combater contra seus reis e pátria, repudiam as mercês e patentes que a confirmam, abjuram a homenagem que deram, se desvestem dos foros de cidadãos”.

Trata-se de um texto categórico, sentidamente político, vinculado quase de forma militante a uma noção activa de absolutismo político obrigando a fidelidade à *respublica* a sujeitar-se estreitamente à vassalagem e “homenagem” ao monarca reinante, centralização da ordem e sorte da própria “república”. Afastando-se da fidelidade régia para entregar os seus “ambiciosos” projectos a outro monarca estrangeiro, “caiu Fernão de Magalhães no erro de imaginar lhe seria lícito trair a fidelidade, se com testemunho autêntico mostrasse ter levantado homenagem a el-rei D. Manuel e desnaturado da pátria”³. Uma perspetivação fechada no interior da rígida ordem do

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

absolutismo manuelino com a sua integração de um *corpus* de ideias políticas bebidas entre as faces teo-políticas que o agostinismo e o tomismo vazaram nessa muito frequentada literatura dos “regimentos de príncipes”, construindo uma lógica cerrada da infabilidade da fidelidade régia contrária a qualquer forma mais ousada de mobilidade ou promoção sociais: a recompensa régia não se conquista ou reivindica, antes é uma clara dádiva e prerrogativa do rei. Jerónimo Osório contribuía, assim, para adensar a qualificação “indiscutivelmente” anti-manuelina e anti-régia dos actos de Fernão de Magalhães, dando ainda densidade teológica e política a um tema que embaraçava a própria ordem da *respublica* tenazmente construída no reinado de D. Manuel, largamente apostado, como se sabe, num amplo movimento de unificação política, legislativa e judicial do reino que necessitava mesmo de uma ampla projecção ideológica “imperial” mobilizada sobretudo a partir da expansão em espaços asiáticos.

Estas categorizações só se podiam tornar obrigatoriamente normativas nos textos cronísticos quinhentistas da expansão portuguesa na Ásia com as suas fortes ligações aos projectos e patrocínios régios oficiais. É o que se recupera também na obra de Gaspar Correia que, movimentando-se nos enclaves portugueses do *Estado da Índia* desde 1512, organizou as suas prolixas *Lendas da Índia* entre cerca de 1550 e 1563 para quedarem manuscritas até ao nosso século XIX. Nestas memórias, o cronista português entendeu colocar na boca de Garcia Henriques, capitão de Ternate, um conjunto de duras críticas a Fernão Magalhães, neste caso a propósito de uma polémica aberta com os castelhanos sobre o problema da posse das Molucas, reiterando que o navegador português

“como falso traidor a seu rei e senhor, que bem sabia que eram já descobertas estas ilhas quando ele andara na Índia, e foi traidor a el-rei de Portugal em fazer cousa contra seu serviço, que o criara e sendo-lhe defeso per regimento do imperador que não navegasse polas terras e mares del-rei de Portugal ele fez o contrário com mau zelo, polo que Deus lhe dera o mau fim que houvera ele e todos os da sua companhia”⁴.

Este tema do “merecido” e inevitável fim a que estão destinados todos os traidores da fidelidade e autoridade régias organiza um tema de “juízo final” que se entende melhor no desenvolvimento das

memórias dispersas acumuladas por Gaspar Correia nas suas *Lendas* em torno da dimensão “moral” de Magalhães. O cronista rememora coloridamente como Fernão de Magalhães abandonara o rei de Portugal alegando que tal se ficara a dever à circunstância de D. Manuel não lhe ter acrescentado “cem réis em uma moradia por mês” e que, tendo-lhe pedido “para ir viver com quem lhe fizesse mercê em que alcançasse mais dita que com ele. El-rei disse que fizesse o que quisesse, polo que lhe quis beijar a mão, que lhe el-rei não quis dar”. Depois desta arranjada encenação de definitiva quebra do favor e protecção régias, Magalhães dirigiu-se para Sevilha e “atrevido em seu saber, com muita vontade que tinha de anotar el-rei de Portugal, falou com os regedores da Casa da Contratação e lhe disse que Malaca e Maluco, ilhas em que na(s)cia o cravo, eram do imperador polas demarcações que havia de antre ambos”⁵. Repare-se como o tempo narrativo se tornou breve, categórico e causal tanto como eficazmente simbólico: a “ambição” de Magalhães sumiu a ética central do serviço ao rei para, perdendo definitivamente o sentido do seu poder paternal (o monarca nem sequer lhe deu a sua mão a beijar...), trilhar com facilidade os caminhos de um impensável “atrevimento”, denunciando e embarçando as próprias posições do seu rei nos riquíssimos tratos das longínquas Molucas, perspectivas que voltavam a convocar os mesmos argumentos que encontrámos inicialmente na obra cronística de Castanheda.

II. JOÃO DE BARROS E DAMIÃO DE GÓIS

Apesar das categorias e perspectivas sobre a história de Fernão de Magalhães reconstruírem uma narrativa claramente normativa, certamente organizada a partir da cronística oficial do reinado de D. Manuel que se foi organizando na corte e chancelarias do seu sucessor, algumas outras obras cronísticas ligadas ao trabalho de dois humanistas proeminentes no Portugal do século XVI, João de Barros e Damião de Góis, não deixam de alargar o contexto em que se foi inserindo aquela fulminante ordem narrativa.

Na sua terceira década da *Ásia*, publicada em 1563, ainda que, segundo o autor, o texto da obra já estivesse escrita numa primeira versão em 1539, João de Barros visita a vida e obra de Fernão de Magalhães de uma forma alargada, apesar de partir praticamente das categorizações éticas anteriores, sublinhando que

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

“como o demónio sempre no ânimo dos homens move cousas pêra algum mau feito e os acabar nele, ordenou caso, pêra que este Fernão de Magalhães se descontentasse de seu rei e o reino e mais acabasse em maus caminhos como acabou...”⁶. No entanto, ao aprofundar as circunstâncias que levaram Magalhães para Castela, o grande humanista e cronista destacou que, além do problema do desacordo sobre o montante de “meio cruzado de acrescentamento cada mês” da sua moradia fundando o seu descontentamento, haveria por trás da sua actuação outras intenções, um outro contexto e mesmo até mais portugueses: “E quando veio o despacho de seus requerimentos, porque não foram à sua vontade, pôs ele em obra o que tinha escrito a Francisco Serrão seu amigo que estava em Maluco, donde parece que sua ida pêra Castela andava no seu ânimo de mais dias que movida do acidente do despacho. E provasse porque antes de o ter, sempre andava com pilotos, cartas de marear e alturas de leste-oeste”, tendo começado a “semear nas orelhas desta gente que as ilhas de Maluco estavam orientais quanto a nós e caíam na demarcação de Castela”. Por essa altura ele associou-se a Rui Faleiro, que também andava “agravado del-rei”, acusando-os então João de Barros de que tendo acordado “ambos neste propósito de darem algum desgosto a el-rei, deram consigo em Sevilha, levando alguns pilotos também doentes desta sua enfermidades e lá acharam outros amadores deste reino...”.

Importa ainda sublinhar que Barros situa estrategicamente estes acontecimentos no contexto político-diplomático ibérico da negociação do casamento de D. Manuel com D. Leonor “como particularmente escrevemos em sua crónica”. Trata-se de uma autorização que João de Barros nunca concretizou, não tendo, como se sabe, escrito qualquer crónica do reinado manuelino, trabalho concretizado pela prosa desse outro humanista referencial na cultura portuguesa do século XVI que foi Damião de Góis. Na quarta parte da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, publicada em 1567, o grande humanista volta a sublinhar a frustração de Magalhães pela limitada recompensa manuelina, mas não deixa de alargar os seus serviços e feitos mais recentes indevidamente reportados:

“ao qual parecendo que pelos serviços que tinha feito, merecia a el-rei acrescentamento de sua moradia [...] pedindo a el-rei que lha acrescentasse mais duzentos reais por mês, que é

meio cruzado de ouro [...] ao que lhe el-rei saiu com um tostão por mês, do que se não contentando e conhecendo em el-rei que desgostava dele por este respeito e por alguns reportes que lhe dele fizeram do tempo que o estivera servindo em Azamor, se desnaturou do reino tomando disso instrumentos públicos e se foi a Castela servir a el-rei D. Carlos, a quem deu a entender que as ilhas de Maluco e Banda estavam nos limites das demarcações feitas...”⁷.

Seguindo de perto o que escreveu João de Barros, Damião de Góis refere de seguida o debate que decorreu na corte portuguesa em torno da expedição de Fernão de Magalhães, insistindo nas suas consequências complexas para a política oficial da coroa no Sudeste Asiático, mas não deixando também de destacar que o *topos* da fama se havia decididamente inclinado para ficar, “imortal”, na figura e na grande aventura do explorador português:

“um tamanho desserviço à coroa destes reinos, de que se tantos desgostos e gastos depois seguiram e tanta fama ao mesmo Fernão de Magalhães que todo o mar da banda do Sul e o estreito que ele descobriu, per onde lá passou se chamam do seu nome e chamarão até fim do mundo”.

III. ANTÓNIO GALVÃO E GABRIEL REBELO

Entre os restantes cronistas portugueses quinhentistas que fixaram notícias sobre a vida e acção de Fernão de Magalhães resta referir os dois que tiveram responsabilidades políticas e comerciais na fortaleza portuguesa de Ternate, nas Molucas: António Galvão e Gabriel Rebelo.

Capitão da fortaleza de Ternate de 1536 a 1539, António Galvão escreveu depois em Lisboa um tratado sobre as Molucas, sobrevivendo provavelmente em manuscrito encontrado em Sevilha que data de cerca de 1544⁸. Posteriormente, este autor escreveu um mais conhecido *Tratados sobre os Descobrimentos* deixado manuscrito aquando da sua morte, em 1557, mas impresso postumamente em 1563⁹. No *Tratado sobre as Molucas*, Galvão resumiu de forma breve, pouco categórica e moralizante, a origem do grande projecto marítimo do navegador português, “um cavaleiro que se chamava Fernão de Magalhães se desaveio del-rei sobre certas cousas que pedia a el-rei e alguns dizem

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO



João de Barros, in Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, Évora, 1624.

Joannes de Barros rerum Indicarum clariss. Scriptor.

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

que a principal era moradia. E passou-se a Castela pêra o imperador que agora reina...”. Uma economia factual que se alarga ao *Tratado sobre os Descobrimentos*, preferindo António Galvão identificar sem outras categorizações éticas o essencial dos dados da viagem de Fernão de Magalhães, alargando ainda a responsabilidade da sua conclusão a Sebastián Elcano, sendo mesmo o primeiro autor português do século XVI a claramente referenciar a realização da circum-navegação do mundo.

Feitor nas fortaleza de Ternate, Gabriel Rebelo escreveu em 1561 uma *História das Ilhas Molucas*, organizando a primeira versão de um trabalho que completou em 1569 com o título de *Informação das Cousas de Maluco*. Ambas as versões ficaram manuscritas até serem impressas nos séculos XIX e XX¹⁰, sendo na primeira apenas mencionado de passagem o nome de Fernão de Magalhães, mas na segunda descobre-se mais atenção¹¹. Sumariando uma breve narrativa da expedição, ainda que não a desenvolvendo, alegando “ser a sua história bem sabida”, Rebelo volta a insistir na comunicação entre Magalhães e Francisco Serrão sobre as Molucas, recordando que “agravado se passou a Castela, aonde persuadiu ao imperador Carlos Ihe desse armada pêra descobrir Maluco por novo caminho”. A expedição magalhânica é, em seguida, sumariada esparsamente, preferindo o autor destacar a organização de uma contra-viagem manuelina concluída por António de Brito. Gabriel Rebelo também realça que a aventura iniciada por Magalhães havia dado a volta ao mundo, rememorando que a nau *Vitória*, “com muito cravo e trabalho foi ter (rodeando o Mundo) a Sevilha, a seis de Setembro de mil quinhentos e vinte e dous e pôs no caminho três anos e vinte e quatro dias”.

IV. JOÃO DE BARROS E UMA OBRA PERDIDA DE DUARTE DE RESENDE SOBRE A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Ao reconstruirmos os trabalhos da cronística da expansão portuguesa na Ásia que se interessaram pela vida e viagem de Fernão de Magalhães resta ainda considerar que Duarte de Resende aparece referenciado na setecentista *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, como sendo autor de mais uma obra sobre o tema, mas cujo texto não chegou até nós. Recordemos a notícia fixada na conhecida colectânea bibliográfica:

“Duarte de Resende natural da cidade de Évora, fidalgo da casa real, muito ciente na língua latina, Náutica e Geografia. Ao tempo que era feitor da fortaleza de Ternate escreveu.

Tratado da navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram às ilhas do Moluco. Esta obra, de que se lembra João de Barros, *Decad.* 3. *da Ind.* Liv. 5. cap. 10. Sever. *Disc. de Varia Hist.* pag. 27 v. e 28 e o novo adicionador da *Bib. Geograf.* de Ant. de Leão, tom. 2, tit. 11, col. 667, foi escrita em o ano de 1522, um ano depois em que lastimosamente foi morto na ilha Zebu aquele insigne argonauta com seus companheiros, e a dedicou o autor a seu parente, o grande João de Barros, em recompensa de ele lhe ter oferecido a *Rhopica Pneuma*, que é o mesmo que Mercadoria espiritual, que saiu impressa em Lisboa no ano de 1532 (sic, por 1522). Traduziu em português:

Marco Tullio Cicerom de Amicicia, Paradoxos, e Sonhos de Scipião. Coimbra por Germão Galharde aos trinta dias de Agosto do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1531. 4.

Fazem menção do autor Góis, *Chron. DelRey D. Manuel*, part. 4, cap. 37, Castanhe. *Hist. da Ind.*, liv. 6, cap. 41, Nicol. Ant. *Bib. Hisp.*, tom. I, p. 261 e Fons. *Evor. Glorios.*, pag. 411¹².

Estas referências bio-bibliográficas do célebre Abade de Sever baseiam-se em declarações feitas por João de Barros que alegou expressamente ter frequentado o trabalho resendiano sobre a viagem de Magalhães, apontando até que teria sabido de um outro autor que também o teria utilizado, ainda que não lhe tivesse mencionado o nome, mas que conseguimos apurar ter sido Fernão Lopes de Castanheda.

Baseando-se no que lera na *Ásia* e na carta dedicatória de João de Barros a Duarte Resende, escrita na quinta da Ribeira de Alitem, junto de Pombal, em 25 de Maio de 1531, publicada no ano seguinte na sua *Roptica Pnefma*, Manuel Severim de Faria referiu que Duarte de Resende “por pagar a seu parente João de Barros este obséquio Ihe dirigiu também um tratado que compôs da navegação que Fernão de Magalhães e seus companheiros fizeram às ilhas de Maluco, como quem tivera na mão todos os papéis e roteiros daquela jornada, por então estar servindo de feitor na nossa fortaleza de Ternate”¹³. A partir do cruzamento destas informações restaria apurar rigorosamente a data em

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

que Duarte de Resende teria preparado esse tratado sobre a viagem de Magalhães, se antes de 1532, quando ainda estava nas Molucas e tinha acesso aos referidos documentos, se depois dessa data, como refere Manuel Severim de Faria, problema que não se pode esclarecer perante uma obra até hoje desaparecida.

Advirta-se, porém, que este Duarte de Resende tem sido frequentemente referenciado com algumas incorrecções, repetindo-se que “era irmão ou parente próximo de André de Resende e Garcia de Resende”¹⁴. Anselmo Braamcamp Freire mostrou que estes parentescos não existiam, confundindo-se dois homónimos Duarte de Resende: o autor das obras que aqui nos interessam e outro “nascido e morador em Évora” que, “primo co-irmão do cronista Garcia de Resende”, faleceu antes de 1526¹⁵. Estes elementos recolhidos pela erudição de Braamcamp Freire permitem-nos conhecer melhor este Duarte de Resende que passou e escreveu sobre as Molucas e a expedição de Fernão de Magalhães. Nascido em Lamego pouco antes de 1491, Duarte de Resende partiu em 1520 para a Ásia na armada de Jorge de Brito, tendo o cargo de escrivão da feitoria que se iria estabelecer em Ternate. Depois de 1522 alcançou o cargo de feitor por morte de Rui Gago, exercendo essas funções até Maio de 1527. Em finais de 1530 ou inícios de 1531, Duarte de Resende estava de volta a Portugal, encontrando-se em Coimbra nesse último ano, acompanhando a impressão da sua tradução de Cícero, concluída a 30 de Agosto de 1531. Esta obra havia sido preparada enquanto Resende trabalhara em Ternate, local em que recebera da parte de João de Barros a sua *Crónica do Imperador Clarimundo*, impressa em 1522. O humanista, cronista e feitor da Casa da Índia em Lisboa, ao escrever sobre a viagem de Fernão de Magalhães na sua *Terceira Década da Ásia*¹⁶ deve ter frequentado e seguido grande parte do que havia escrito o seu parente Duarte de Resende, como nos confessa o próprio Barros:

“Fica aqui dizer uma cousa por honra de Duarte de Resende, a que quero acudir por razão de sangue e também das boas letras que tinha. Ele me dirigiu um Tratado sobre esta navegação de Castela, como quem teve na mão uns apontamentos que o astrólogo Faleiro tinha feitos ante de sua doidice, nos quais dava modo como se poderia verificar a distância dos meridianos, a que vulgarmente os mareantes chamam altura

de Leste-Oeste. Sobre os quais Fernão de Magalhães, em cujo poder eles ficaram, ante que passassem o estreito no porto de S. Julião, quis ter prática; e foi assentado per todolos pilotos, que em nenhum modo se podia navegar per ali. Do qual regimento, que era trinta capítulos, Andrés de San Martim, como homem douto na astronomia, concede o quarto capítulo, que era pelas conjunções e oposições da Lua com os outros planetas, por ser causa certa e fácil. E porque Duarte de Resende traz as formais palavras que Andrés de San Martim diz sobre esta matéria, e também sobre um eclipse do Sol, que ali tomou, de que atrás falámos, e fala per termos astronómicos, ou foi do Tratado que me ele dirigiu que eu emprestei, ou que também ele em sua vida daria o traslado a outrém, donde quer que fosse, quiseram-se aproveitar dele em Da escritura desta navegação do Magalhães. E o autor da obra, quando vem a falar no caso (bem sei que o não fez de malícia, mas de algum descuido ou de não ter notícia dos termos), confunde-os, dizendo, que o meridiano daquele porto distava do de Sevilha donde partiram, sessenta e um graus de Norte e Sul. E ele, Andrés de San Martim, diz que o meridiano daquele porto distava do meridiano de Sevilha sessenta graus da Linha Equinocial; porque graus da Equinocial são graus de longura; e graus de Norte-Sul são de largura. E quem estava além da Linha em quarenta e nove graus e dezoito minutos, em que está o Rio de S. Julião, segundo o mesmo Andrés de San Martim tomou, e em Sevilha que está da parte do Norte em trinta e sete e meio, ajuntando uns aos outros, faria oitenta e seis graus, quarenta e oito minutos de Norte e Sul; mas isto não se conta assim, nem menos Andrés de San Martim faz esta conta.

Quisemos apontar este erro, porque pode a tal escritura dele ir à mão de pessoas doudas nesta faculdade; não queria que dessem a culpa a Duarte de Resende, senão a quem mal usou dos seus termos; ou demos por desculpa ao autor da obra, a que tomava Andrés de San Martim nas suas equações, que estavam os números errados por culpa do impressor, que é mui bom velhacouto aos que compomos alguma cousa. E assaz de prudência é quem se dela sabe aproveitar,

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

posto que mais modéstia seria confessar que somos homens, de que é próprio errar”.

Resta ainda acrescentar que, para além do perdido trabalho memorial de Duarte de Resende, João de Barros noticiou a viagem de Fernão de Magalhães compulsando igualmente informação escrita por Gonzalo Gomez de Espinosa, o capitão da nau *Trinidad* que acabou por ser aprisionado nas Molucas:

“Gonçalo Gomes de Espinosa, o capitão, que depois, o ano de quinhentos e vinte seis, veio ter a este reino. Do qual eu houve alguns papéis que lhe achei, entre os quais foi um livro feito per ele de toda aquela sua viagem; e assim houve outros papéis e livros que Duarte de Resende, feitor de Maluco, recolheu do astrólogo Andrés de San Martim. Porque, como era latino e homem estudioso das cousas do mar e geografia, entendeu logo nelas; e vindo a este reino, houvemos dele alguns, principalmente um livro que ele, Andrés de San Martim, escreveu de sua mão, em o qual está o decurso do caminho que fez e de todas suas alturas, observações e conjunções que tomou. E porque acerca desta matéria algumas pessoas tem escrito cousas de que não tiveram boa informação, e outros maliciosamente dizem muitas falsidades, que aqui dissermos será do mesmo seu livro, por ser parte sem suspeita polo que toca à nossa”.

Este “livro” de Gonzalo Gomez de Espinosa, “feito per ele de toda aquela sua viagem”, desapareceu, mas é possível que tenha servido de base à obra organizada por Fernando de Oliveira sobre a *Viagem de Fernão de Magalhães na Demanda de Maluco por El-Rei de Castela*¹⁷, apesar de não se identificar qualquer autoria na introdução desta tradução de um trabalho feito por um participante da viagem iniciada sob a direcção de Fernão de Magalhães que, em 1522, havia sido um dos que ficara nas Molucas. A memória de Gonzalo Gomez de Espinosa, o último capitão da nau *Trinidad*, teria estado na posse de João de Barros que, recorde-se, em 1526 era o feitor da Casa da Índia, podendo ter sido consultada ou passada para Fernando de Oliveira, mestre dos filhos do humanista, depois trabalhando, traduzindo, adaptando e acrescentando o texto original.

Trabalhos desaparecidos importantes para a investigação da história da grande aventura de Fernão de Magalhães, as memórias de Gonzalo Gomez de

Espinosa e de Duarte de Resende foram aproveitadas por João de Barros, pelo que resta encerrar esta investigação dando novamente a ordem da prosa ao grande cronista da expansão portuguesa na Ásia, afinal um dos portugueses melhor informados e documentados no século XVI sobre a vida e a obra maior de Fernão de Magalhães¹⁸.

V. A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES SEGUNDO JOÃO DE BARROS

[*Terceira Década da Ásia de João de Barros*, Lisboa, João de Barreira, 1563, f. 145v.-155.]

CAPÍTULO VIII

Como Fernão de Magalhães se foi a Castela em desserviço del-rei D. Manuel, e as causas porquê; e como el-rei D. Carlos de Castela, que depois foi Imperador, aceitou seu serviço e se determinou em o mandar às Ilhas de Maluco per nova navegação.

Atrás escrevemos como Francisco Serrão, das Ilhas de Maluco onde foi ter, escreveu algumas cartas a Fernão de Magalhães, por ser seu amigo do tempo que ambos andaram na Índia, principalmente na tomada de Malaca, dando-lhe conta das ilhas daquele Oriente. Ampliando isto com tantas palavras e mistérios, fazendo tanta distância donde estava a Malaca, por fazer em si pera méritos de seu galardão ante el-rei D. Manuel, que parecia virem aquelas cartas de mais longe que dos antípodas, e de outro Novo Mundo, em que tinha feito mais serviço a el-rei, do que fizera ao Almirante D. Vasco da Gama no descobrimento da Índia. As quais cartas foram vistas na mão de Fernão de Magalhães, porque se prezava ele muito da amizade de Francisco Serrão, e em as mostrar denunciava aquele grande serviço que tinha feito a el-rei; e também ele estribou logo tanto nelas pera o propósito que delas concebeu, que não falava em outra cousa.

O qual propósito se viu depois em cartas suas, que se acharam entre alguns papéis que ficaram per falecimento de Francisco Serrão, lá em Maluco, que António de Brito mandou recolher, e eram repostas das que lhe ele, Francisco Serrão, escrevia (como ora veremos), nas quais dizia que, prazendo a Deus, cedo se veria com ele; e que, quando não fosse per via de Portugal, seria per via de Castela, porque em tal estado

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

andavam suas cousas; portanto que o esperasse lá, porque já se conheciam da pousada pera ele esperar que ambos se haveriam bem.

E como o demónio sempre no ânimo dos homens move cousas pera algum mau feito e os acabar nele, ordenou caso pera que este Fernão de Magalhães se descontentasse de seu rei, e do reino, e mais acabasse em maus caminhos, como acabou. E foi per esta maneira:

Estando ele, Fernão de Magalhães, em Azamor, sendo capitão daquela cidade João Soares, em a corrida que se fez contra os mouros a um repique, foi ele, Fernão de Magalhães, ferido com uma lança de arremesso; e parece que lhe tocou em algum nervo da juntura da curva, com que depois manquejava um pouco.

Sobre o qual caso sucedeu em uma entrada que fez João Soares, (por ser causa notável, segundo contamos em a nossa parte África, se chama a de Lei de Farax), em que se tomaram oitocentas e noventa almas e duas mil cabeças de gado vacuum, da qual cavalgada João Soares, por razão de sua aleijão lhe dar algum proveito, fez quadrilheiro-mor a este Fernão de Magalhães, e com ele a um Álvaro Monteiro.

Os quais, segundo se depois os moradores da cidade aqueixavam, por razão das partes que haviam de haver da cavalgada, ambos meteram bem a mão nela, principalmente no gado, dizendo que venderam aos mouros de Enxouvia quatrocentas cabeças. E o concerto foi que viessem de noite por ele, por o terem ao longo do muro da cidade; e depois de ser levado e que os mouros o teriam já posto em salvo, fizeram repicar, dizendo que furtavam o gado, e ao outro dia foram pela trilha dele, cuidando que estava, ainda daquém do rio, e foram dar no vau per onde o passaram.

Fernão de Magalhães, passado este ímpeto da murmuração, como era cousa de muitos, a que ninguém quis acudir, principalmente por se vir João Soares de Azamor e ir de cá por capitão D. Pedro de Sousa, que depois foi feito Conde do Prado, nesta envolta de capitão novo veio-se ele também pera este reino sem licença de D. Pedro. E como ele, Fernão de Magalhães, era homem de nobre sangue e de serviço, e também manquejava da perna, começou ter logo alguns requerimentos com el-rei Dom Manuel, entre os quais dizem que foi acrescentamento da sua moradia – cousa que tem

dado aos homens nobres deste reino muito trabalho, e parece que é uma espécie de martírio entre os portugueses, e acerca dos reis causa de escândalo. Porque, como os homens tem recebido por opinião comum que as mercês do príncipe dadas per mérito de serviço são uma justiça comutativa que se deve guardar igualmente em todos, guardada a qualidade de cada um, quando lhe negam a sua porção, pero que o sofram mal, ainda tem paciência; mas quando vem exemplo em seu igual, principalmente naqueles a que aproveitou mais artifícios e amigos que méritos próprios, aqui se perde toda paciência, daqui nasce a indignação, e dela ódio, e finalmente toda desesperação, até que vem cometer crimes, com que danam a si e a outrem.

E o que mais danou a Fernão de Magalhães, que mais meio cruzado de acrescentamento cada mês em sua moradia, que era seu requerimento, foi que alguns homens que se acharam em Azamor no tempo que ele lá esteve, sobre a fama que trouxe do furto do gado, começaram dizer que a sua manqueira era fingida e artifício pera seu requerimento. As quais cousas com outras que ele soltava como homem indignado, vieram à notícia del-rei, com que lhe entreteve seu despacho.

Acrescentou-se mais em seu dano escrever D. Pedro de Sousa, capitão de Azamor, a el-rei, como ele, Fernão de Magalhães, se viera sem sua licença, e o que tinha feito na cavalgada, segundo se os moradores queixavam; que pedia a Sua Alteza mandasse saber como passava, pera lhe dar a emenda que merecia.

Fernão de Magalhães, posto que com palavras se queria justificar ante el-rei, não lhas quis receber, e mandou que se fosse logo a Azamor livrar por justiça, pois lá era acusado. Chegado lá, ou porque ele seria limpo desta culpa, ou (segundo se mais afirma) os fronteiros de Azamor, polo não avexar, o não acusaram, ele se tornou a este reino com a sentença de seu livramento; pero sempre lhe el-rei teve um entejo. E quando veio ao despacho de seus requerimentos, porque não foram à sua vontade, pôs ele em obra o que tinha escrito a Francisco Serrão, seu amigo, que estava em Maluco; donde parece que sua ida pera Castela andava no seu ânimo de mais dias, que movida de acidente do despacho. E prova-se: porque, ante de o ter, sempre andava com pilotos cartas de marear e altura de Leste, Oeste – matéria que tem lançado a perder mais portugueses ignorantes, do que são

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

ganhados os doutos per ela, pois ainda não vimos algum que o pusesse em efeito.

Da qual prática, que tinha com esta gente do mar e também por ele ter um engenho dado a isso e experiência do tempo que andara na Índia, com mostrar as cartas que lhe Francisco Serrão escreveu, começou semear nas orelhas desta gente que as Ilhas de Maluco estavam tão orientais quanto a nós, que caíam na demarcação de Castela. E pera confirmação desta doutrina, que semeava nas orelhas dos mareantes, ajuntou-se com um Rui Faleiro, português de nação, astrólogo judiciário, também agravado del-rei, porque o não quis tomar por este ofício, como se fora cousa de que el-rei tinha muita necessidade.

Finalmente, avindos ambos neste propósito de darem algum desgosto a el-rei, deram consigo em Sevilha, levando alguns pilotos também doentes desta sua enfermidade, e lá acharam outros amadores deste reino, com que fizeram corpo de sua abonação por naquela cidade concorrer muita gente deste mister do mar, por causa das armadas que se ali faziam pera as Antilhas.

Na qual cidade achou ele, Fernão de Magalhães, gasalhado e favor pera suas cousas em casa de um Diogo Barbosa, natural português, que no ano de quinhentos e um (como atrás escrevemos), na primeira armada foi com João da Nova por capitão de um navio que era de D. Álvaro, irmão do Duque de Bragança, D. Fernando. E no tempo que ele, D. Álvaro, andou em Castela, este Diogo Barbosa teve por ele, como alcaide-mor, o castelo de Sevilha. Do qual gasalhado, que Fernão de Magalhães recebeu dele, Diogo Barbosa, e parentesco que também entre eles havia, veio o mesmo Fernão de Magalhães casar com uma filha sua, já acreditado por el-rei D. Carlos de Castela, que depois foi eleito por emperador e rei dos romanos.

Ao qual Rei Álvaro da Costa, camareiro e guarda-roupa-mor del-rei D. Manuel, que então estava em Castela por seu embaixador sobre o casamento da infante D. Leonor, requereu que não quisesse intentar a tal empresa, por ser cousa que pertencia a este reino, dando pera isso as razões e cousas da antiga demarcação feita entre estes reinos de Portugal e Castela. E primeiro que com ele tivesse esta prática, a tivera com o mesmo Fernão de Magalhães, provocando-o a que desistisse daquela opinião, pois no que cometia não somente ofendia a Deus e a seu Rei, mas ainda maculava perpetuamente sua honra e danava a seus parentes, e

finalmente era causa de haver paixões e desgostos entre dous reis tão amigos, liados e parentes. Às quais razões deu por escusa ter já dado palavra de si a el-rei de Castela, como que em não ir avante com ela ofendia mais a sua alma, e menos em seguir sua indignação.

El-Rei de Castela, como estava namorado das cartas e pomas de marear que Fernão de Magalhães lhe tinha mostrado, e principalmente da carta que Francisco Serrão escreveu a ele, Fernão de Magalhães, de Maluco, em que ele mais escorava, e assim das razões dele e do Faleiro, astrólogo, tiveram estas pinturas e palavras de homens indignados mais força pera el-rei se determinar em mandar a armada a este negócio, que quantas razões lhe apresentou Álvaro da Costa, sendo no maior fervor da aliança que el-rei queria ter com ele, que era tratando o casamento da Infante D. Leonor com ele, que se então fez, como particularmente escrevemos em sua própria Crónica.

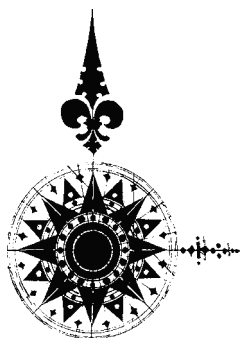
As quais vodas, por serem nesta conjunção, parece que trocaram a ordem de totalas dos príncipes, porque as mais das pazes que se entre eles fazem, passadas muitas diferenças, guerras e contendias, a paz destas cousas se remata per casamentos à maneira de comédias; e este casamento e nova aliança del-rei D. Manuel, por guardar o decoro das reais pessoas com que se tratava e fazia, houve-se mais respeito ao modo que à cousa e causa de tanto parentesco, porque teve o princípio no fim das tragédias, que acabam em trabalhos e desgostos, como daqui procederam. Porque o interesse é tão próprio a si mesmo, que, como faz assento no ânimo de alguém, poucas vezes dá lugar a outras razões, por mui conjuntas e obrigatórias que sejam.

Finalmente, el-rei D. Carlos de Castela, pera este novo descobrimento que Fernão de Magalhães prometia, mandou armar cinco velas, de que o fez Capitão-mor, e os outros capitães haviam nome Luís de Mendonça, Gaspar de Quexada, João de Cartagena e João Serrão, todos naturais castelhanos; e assim toda a mais gente da armada, que seria até duzentas e cinquenta pessoas, em que entravam alguns portugueses, deles parentes dele, Fernão de Magalhães, assim como Duarte Barbosa, seu cunhado, e Álvaro de Mesquita, e Estêvão Gomes, e João Rodrigues Carvalho, ambos pilotos, e outros homens induzidos per eles. E não foi o astrólogo Rui Faleiro, ou porque se arrependeu da jornada, ou por ver per sua astrologia em que fim havia de parar aquela armada, e segundo

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

dizem fingiu doudice; mas permitiu Deus que fosse ela verdadeira, com que ficou preso em Sevilha na casa dos doudos, e em seu lugar foi outro astrólogo, chamado Andrés de San Martim, homem douto na ciência de astronomia, segundo vimos nas operações que fez nesta viagem, de que adiante faremos declaração.

Mas parece que também este não calculou bem a hora do dia que a armada partiu de São Lucar de Barrameda, que foi a vinte e um dias de Setembro do ano de quinhentos e dezanove, pois não viu como ele e Fernão de Magalhães haviam de acabar na Ilha de Subo; nem menos viu a justiça que se fez entre eles dos capitães, nem quanta fortuna aquela armada passou, como se verá neste seguinte Capítulo.



CAPÍTULO IX

Da viagem que Fernão de Magalhães fez com esta frota; e o que sucedeu a ele e a ela, até descobrir um estreito que passava ao mar do Ponente

Partida esta frota de S. Lucar de Barrameda, foi ter às Canárias, onde se detiveram quatro dias; e aqui veio a Fernão de Magalhães uma caravela, na qual dizem que lhe veio aviso que tivesse tento em si, porquanto os capitães que levava iam com propósito de lhe não obedecer. E pero que ao diante eles vieram cometer este caso, mais parece que procedeu das causas do caminho e do modo que ele, Fernão de Magalhães, se havia com eles, que de o levarem em propósito. Porque, passados o Rio de Janeiro da nossa Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamam Brasil, tanto que começaram achar os mares frios, principalmente do Rio da Prata por diante, que está em trinta e cinco graus, quiseram os capitães pedir razão a ele, Fernão de Magalhães, do caminho e do que esperava fazer,

vendo que não achava cabo nem estreito, de que ele fazia tanto fundamento. Aos quais ele respondia que o leixassem fazer, que ele o entendia mui bem, dando-lhe entender que sobre seu conselho pendia todo aquele negócio, e não deles.

Seguindo seu descobrimento, chegaram a dous dias de Abril do ano de quinhentos e vinte a um rio a que chamaram de S. Julião, que está em cinquenta graus, e isto já com tantas tormentas e frios, que os mareantes não podiam marear as velas; porque naquelas partes o Inverno em proporção de clima é mais frio que da parte do Norte, assim por razão do auge do Sol, como querem os astrónomos, como por ser desabrigado de terra firme da parte do Pólo.

No qual rio houve entre o Capitão-mor e os outros consulta sobre a navegação que fizeram e tinham por fazer, da qual procederam algumas paixões entre todos. Cá Fernão de Magalhães não recebeu bem nenhum de quantos inconvenientes lhe puseram sobre irem mais avante, ante se determinou que havia de invernar ali, e como viesse o verão, prosseguir no descobrimento do cabo ou estreito, até setenta e cinco graus, dizendo que, pois os mares da costa da Noruega e Islanda, que estavam em maior altura, no tempo do seu Verão eram tão fáceis de navegar como os de Espanha, assim o seriam aqueles. E porque Fernão de Magalhães nesta prática se mostrou isento e não sujeito aos votos dos capitães e pilotos, houve entre todos murmuração: os principais e de melhor juízo, afirmando-se que aquele descobrimento não era proveitoso aos reinos de Castela; porque, ainda que onde eles estavam, que era em cinquenta graus de altura, fora cabo ou estreito, já não era clima pera se navegar de tão longe. E se os mares de Noruega e Islanda se navegavam, como ele, Fernão de Magalhães, dava por razão, isto era per gente natural da mesma terra, ou tão vizinha a eles, que em espaço de quinze dias de navegação podiam chegar ao mais remoto deles. Mas vir de Castela, e passar a Linha Equinocial, e correr a costa de todo o Brasil, que haviam mister mais de seis ou sete meses de navegação, e em tão diversos climas que na mudança de um se mudavam os tempos, eram todos estes perigos perdição de naus, de gente e de tanta substância de fazenda, que importava mais em proveito comum, que todo o cravo de Maluco, quando tão fácil fosse o caminho, que estava por passar da banda do outro mar, que ainda tinha por descobrir.

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

CHRONICA DO FELICISSIMO REI DOM EMANUEL, COMPOSTA PER DAMIAM DE GOES, DIVIDIDA EM QUATRO PARTES, das quaes esta he ha primeira.



Foi vista, & approvada per ho R. P. Emanuel da veiga es amiafor dos titos.
 Em Lisboa em casa de Francisco Correa, impressor do serenissimo
 Cardenal Infante, o dia xvij dias do mes de julho de 1566.
 Esta toda esta primeira parte no regno em papel a duzentos, & cinquenta reais, & se for de
 segundo ha distancia dos lugares onde se vender, & has outras tres partes pela mesma
 modo naquillo em que forem taxadas.
 Com priuilegio Real

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

A outra gente comum, que não tinha este discurso, dizia que ele, Magalhães, por se restituir na graça del-rei de Portugal, a quem tinha ofendido naquela empresa que tomaram, os queria a todos ir meter em parte onde morressem, e depois tornar-se a Portugal. Finalmente, como todos não se podiam amparar do frio e padeciam trabalhos inoportáveis, ajuntando esta impaciência ao escândalo, conspiraram estes três capitães – João de Cartagena, Gaspar de Quexada e Luís de Mendonça – de prender ou matar a Fernão de Magalhães, e tornar-se pera Castela, e dar razão do que até li tinham passado, e da contumácia dele.

Fernão de Magalhães, sabendo esta sua consulta, teve modo como mandou matar Luís de Mendonça dentro na sua nau, que estava de fora da boca do rio, per um Gonçalo Gomes, de Espinhosa, que servia de meirinho da armada, levando-lhe um recado de sua parte; e tanto que este foi morto às punhaladas, prendeu os outros dous, de que o Gaspar Quexada logo foi esquartejado vivo, e assim o Luís de Mendonça, depois de morto. E porque na armada não havia quem servisse deste ofício, deu Fernão de Magalhães a vida a um criado de Gaspar de Quexada pera o fazer, por ele ser compreendido na traição do senhor, porque com título de traidores ao serviço del-rei de Castela se fez esta justiça. E a João de Cartagena foi perdoada aquela morte natural, e houve outra cível de perpétuo degredo naquela erma terra; e com ele ficou também um clérigo, que tinha a mesma culpa, com trinta arráteis de pão a cada um pera se manter. E pero que muita gente era com eles nesta consulta, somente em suas pessoas se fez justiça de todos, porque havendo de punir os culpados, poucos lhe ficariam pera fazer sua viagem; mas no trabalho que deu a alguns, receberam assaz de pena. Porque, como ele assentou de passar ali o Inverno, que eram estes meses – Maio, Junho, Julho e Agosto – que o Sol anda cá parte do Norte que habitamos, neste tempo não somente os ocupou em corregimento das naus, que era cousa piedosa ver o que padeciam com frio, mas ainda os mandou entrar pela terra dentro, que fossem descobrir e a tentar se ouviam da outra parte algum tom do mar, prometendo mercê aquele que trouxesse alguma boa nova. Na qual ida entraram vinte léguas pelo sertão, em que gastaram dez dias e trouxeram consigo uns homens da terra, cujos corpos passavam de doze palmos, aos quais o Capitão-mor mandou dar dádivas, e reteve dous por mostra de sua

grandeza e os trazer a Castela; mas duraram pouco por ser gente costumada comer carne crua.

Neste mesmo tempo se lhe perdeu um navio, capitão João Serrão, o qual ele, Fernão de Magalhães, mandara diante ver se achava algum cabo ou estreito. E posto que a gente se salvou daquele naufrágio, sendo donde a armada ficava até vinte léguas, em onze dias que parte da gente melhor disposta a veio buscar per terra, padeceram tantos trabalhos de fome e frio, que, quando chegaram, quase os não conhecia, por virem semelháveis à mesma morte, e os mais que lá ficaram mandou vir Fernão de Magalhães em um batel.

Partido daqui, onde lhe faleceu alguma gente de frio e trabalho de reparar as naus, foi costeando a terra, entrando em baías e portos, por ver se achava algum estreito, até que chegaram a um cabo a vinte dias de Outubro, a que chamaram das Virgens, por ser no dia que a Igreja celebra a festa das onze mil, o qual está em cinquenta e dous graus; e adiante dele, obra de doze léguas, acharam a barra de um estreito que estava em altura de cinquenta e dous graus, cinquenta e seis minutos, e tinha de boca obra de uma légua. E como, pela grande força da corrente que trazia e diligências que mandou fazer e sinais de baleias mortas que achavam na praia, Fernão de Magalhães entendeu que estava na boca de algum estreito, que passava a outro mar largo, mandou fazer grande festa per todas as naus, como que ali estava o fim de toda sua esperança. E porque entre a gente havia grande rumor sobre o pouco mantimento que tinham, visto como ele, Fernão de Magalhães, se determinava de entrar pelo estreito e seguir seu intento, mandou lançar um pregão per todas as naus, que qualquer pessoa que falasse em não haver mantimento que morresse por isso. Com a qual determinação ele entrou pelo estreito, que em partes tem largura de tiro de espingarda e bombarda, e em outras de légua e légua e meia, tudo de uma parte e da outra terra alta, muita dela escaldada dos ventos, e a outra com arvoredos, em que havia aciprestes. E no cume das mais altas montanhas viam jazer a neve, como que todo ano estava sem se derreter, e alguma declinava a cor celeste, ou de mui antiga e recota ou de qualquer outra cousa natural, que a gente não alcançava.

Sendo já per dentro do qual estreito até cinquenta léguas, vendo per a ribeira dele angras, rios e esteiros, que entravam pela terra, passaram um lugar mais estreito, que se fazia entre duas serras mui altas, e além desta estreiteza viram que se fazia em dous braços.

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

Fernão de Magalhães, porque se não soube determinar qual daqueles era o que passava a outro mar, pelo da parte do Sul mandou entrar uma nau, capitão Álvaro de Mesquita, que fosse descobrir o que lá ia dentro; e pelo outro mandou um batel, que logo tornou, descobrindo somente até doze léguas. E porque ele pôs limitação à nau, que aos três dias tornasse com nova do que achava, e eram já passados seis, mandou outra nau que a fosse buscar, o capitão da qual tornou daí a três dias sem achar notícia alguma.

Fernão de Magalhães, desejando saber o que era feito dela, disse ao astrólogo Andrés de San Martim que prognosticasse pela hora da partida e sua interrogação; o qual respondeu que achava ser a nau tornada pera Castela, e que o capitão ia preso. E posto que Fernão de Magalhães não deu muito crédito a isso, todavia passou assim; porque o piloto com favor de toda a gente, se fez à volta de Espanha; e ainda sobre o capitão Álvaro de Mesquita o contrariar, foi ferido e preso, e vieram-se per onde deixavam os dous degredados João de Cartagena e o clérigo, e chegaram a Castela passados oito meses depois que se partiram de Fernão de Magalhães.

Ele, quando se viu sem aquela nau, por nela ir Álvaro de Mesquita e alguns portugueses, e não ficava com mais favor que de Duarte Barbosa e alguns poucos de que se esperava ajudar, porque toda a outra gente castelhana estava dele escandalizada, além do aborrecimento que tinha aquela jornada, polos grandes trabalhos que tinham passado, ficou tão confuso, que se não sabia determinar. E por se justificar com estes do que se receava, passou dous mandados seus ambos de um teor pera as duas naus, sem querer que as pessoas principais viessem a ele; já como homem que não queria ver na sua nau muito ajuntamento, temendo alguma indignação deles, se lhe não respondesse à sua vontade. E porque um destes seus mandados foi ter à nau, capitão Duarte Barbosa, onde estava o astrólogo Andrés de San Martim, o qual registou este mandado em um livro, e ao pé pôs sua resposta pera em todo tempo ele dar razão de si; e este seu livro, com alguns papéis seus, por ele falecer naquelas partes de Maluco, nós os houvemos e temos em nosso poder, como adiante diremos, não parece fora da história pôr aqui o traslado deste mandado e a resposta dele, Andrés de San Martim; porque se veja não per nós, mas per suas próprias palavras, o estado em que eles iam; e o propósito dele, Fernão de Magalhães, no caminho que se esperava

cometer per via do nosso descoberto, quando lhe falecesse o que ele desejava achar. E pero que em a nossa linguagem, estas são suas palavras formais e frases da escritura, sem mudar letra, segundo estava registado per Andrés de San Martim, como dissemos:

“Eu, Fernão de Magalhães, Cavaleiro da Ordem de Santiago e Capitão geral desta armada, que Sua Majestade envia ao descobrimento da especiaria, etc. Faço saber a vós, Duarte Barbosa, capitão da nau Vitória, e aos pilotos, mestres e contramestres dela, como eu tenho sentido que a todos vos parece coisa grave estar eu determinado de ir adiante, por vos parecer que o tempo é pouco pera fazer esta viagem em que imos. E porquanto eu sou homem que nunca enjeitei o parecer e conselho de ninguém, ante todas minhas cousas são praticadas e comunicadas geralmente com todos, sem que pessoa alguma de mim seja afrontada, e por causa do que aconteceu no porto de S. Julião sobre a morte de Luís de Mendonça, Gaspar de Quexada e desterro de João de Cartagena e Pero Sanches de Reina, clérigo, vós outros com temor deixais de me dizer e aconselhar tudo aquilo que vos parece que é serviço de Sua Majestade e bem segurança da dita armada, e não mo tendes dito e aconselhado: errais ao serviço do imperador-rei, nosso senhor, e is contra o juramento e pleito e menagem que me tendes feito. Polo qual vos mando, da parte do dito Senhor, e da minha rogo e encomendo, que tudo aquilo que sentis que convém à nossa jornada, assim de ir adiante, como de nos tornar, me deis vossos pareceres per escrito cada um per si, declarando as cousas e razões por que devemos de ir adiante ou nos tornar, não tendo respeito a cousa alguma por que deixeis de dizer a verdade. Com as quais razões e pareceres direi o meu, e determinação pera tomar conclusão no que havemos de fazer.

Feito no Canal de Todos os Santos, defronte do Rio do Ilhéu, em quarta-feira vinte e um de Novembro, em cinquenta e três graus, de mil e quinhentos e vinte anos. Per mandado do capitão-geral Fernão de Magalhães. Leon de Espelece. Foi notificado per Martim Mendes, escrivão da dita nau, em quinta-feira, vinte dous dias de Novembro, de mil e quinhentos e vinte anos”.

Ao qual dito mandado eu, Andrés de San Martim, dei e respondi meu parecer, que era do teor seguinte:

“Mui magnífico Senhor: visto o mandado de Vossa Mercê, que quinta feira, vinte dous dias de

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO



O Estreito de Magalhães, in Atlas de Fernão Vaz Dourado (1571). Cortesia do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa.

Novembro de mil e quinhentos e vinte, me foi notificado per Martim Mendes, escrivão desta nau de Sua Majestade, chamada Vitória, per o qual em efeito manda que dê meu parecer acerca do que sinto que convém a esta presente jornada, assim de ir adiante como tornar, com as razões que pera um e pera o outro nos moverem, como mais largo no dito mandado se contém, digo: Que ainda que eu duvide que per este Canal de Todolos Santos, onde agora estamos, nem pelos outros que dos dous estreitos que a dentro estão, que vai na volta de Leste e Lesnordeste, haja caminho pera poder navegar a Maluco, isto não faz nem desfaz ao caso, pera que não se haja de saber tudo o que se puder alcançar, servindo-nos os tempos, enquanto estamos no coração do Verão. E parece que Vossa Mercê deve ir adiante por ele agora, enquanto temos a frol do

Verão na mão; e com o que achar ou descobrir até meado o mês de Janeiro, primeiro que virá, de mil e quinhentos e vinte anos, Vossa Mercê faça fundamento de tornar na volta de Espanha, porque daí adiante os dias mingnam já de golpe, e por razão dos temporais hão-de ser mais pesados que os de agora. E quando agora que temos os dias de dezassete horas, e mais o que há da alvorada e depois do Sol posto, tivemos os tempos tão tempestuosos e tão mudáveis, muito mais se espera que sejam quando os dias forem descendo de quinze pera doze horas, e muito mais no Inverno, como já no passado temos visto. E que Vossa Mercê seja desabocado dos estreitos afora pera de todo o mês de Janeiro; e se puder neste tempo, tomada água e lenha que basta, ir de ponto em branco na volta da Baía de Calez, ou porto de S. Lucar de Barrameda donde

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

partimos. E fazer fundamento de ir mais na altura do Polo Austral do que agora estamos ou temos, como Vossa Mercê o deu em instrução aos capitães no Rio da Cruz, não me parece que o poderá fazer, por a terribilidade e tempestuosidade dos tempos, porque quando nesta que agora temos se caminha com tanto trabalho e risco, que será sendo em sessenta e setenta e cinco graus e mais adiante? Como Vossa Mercê disse que havia de ir demandar Maluco na volta de Leste, Lesnordeste, dobrando o Cabo da Boa Esperança, ou longe dele, por esta vez não me parece; assim porque quando lá formos seria já Inverno, como Vossa Mercê melhor sabe, como porque a gente está fraca e desfalecida de suas forças; e ainda que ao presente tem mantimentos, que bastem pera se sustentar, não são tantos e tais, que sejam pera cobrar novas forças, nem pera comportar trabalho demasiado, sem que muito o sintam em o ser de suas pessoas; e também vejo dos que caem enfermos, que tarde convalescem. E ainda que Vossa Mercê tenho boas naus e bem aparelhadas (louvado Deus!) todavia ainda falecem amarras, em, especialmente, esta nau Vitória. E além disso a gente é fraca e desfalecida, e os mantimentos não bastantes pera ir pela sobredita via a Maluco, e de ali tornarem a Espanha.

Também me parece que Vossa Mercê não deve caminhar por estas costas de noite, assim por a seguridade das naus, como porque a gente tenha lugar de repousar algum pouco; ca, tendo de luz clara dezanove horas, que mande surgir por quatro ou cinco horas que ficam de noite. Porque parece cousa concorde à razão surgir por quatro ou cinco horas que ficam da noite, por dar (como digo) repouso à gente, e não tempestear com as naus e aparelhos. E o mais principal por nos guardar de algum revés, que a contrária fortuna poderá trazer, de que nos Deus livre. Porque, quando em as cousas vistas e olhadas soem acaecer, não é muitos temê-los em o que ainda não é bem visto, nem sabido, nem bem olhado, senão que faça surgir ante de a hora de Sol, que duas léguas de caminho adiante e sobre noite.

Eu tenho dito o que sinto e o que alcanço, por cumprir com Deus e com Vossa Mercê, e com o que me parece serviço de Sua Majestade e bem da armada. Vossa Mercê faça o que lhe parecer e Deus lhe encaminhar; ao qual praza de lhe prosperar vida e estado, como ele deseja”.

Fernão de Magalhães, recebido este e os outros pareceres, como sua tenção não era tornar atrás por

cousa alguma, e somente quis fazer este comprimento, por sentir que a gente não andava contente dele, mas assombrada do castigo que dera, pera dar razão de si, fez a comprida reposta, em que deu largas razões, tudo ordenado a irem avanti. E que jurava pelo hábito de Santiago que tinha no peito, que assim lho parecia, polo que cumpria a bem daquela armada; portanto todos o seguissem, ca ele esperava na piedade de Deus que os trouxera até aquele lugar, e lhe tinha descoberto aquele canal tão desejado, que os levaria ao termo de sua esperança.

Notificado pelas naus este seu parecer e mandado, ao outro dia, com grande festa de tiros, mandou levar âncora; e dado à vela, fez seu caminho até que saiu daquele canal ao outro Mar de Ponente. E posto que faça alguns tornos ora a um rumo, ora a outro, quasi a saída está na altura da entrada, e em muitas partes vasa com a maré oito e nove braças, e vai a água tão tesa que corre uma nau grande perigo, se não está mui bem amarrada, porque porta muito polas amarras.



CAPÍTULO X

Do que Fernão de Magalhães passou em sua navegação do Mar do Ponente até chegar à Ilha Subo, onde mataram a ele e a principal gente de sua armada; e do que mais sucedeu aos que ficaram.

Tanto que Fernão de Magalhães se viu no Mar do Ponente, porque andava tão furioso como o oriental donde vinha por causa da frialdade do clima, mandou navegar contra a Linha Equinocial pera se meter no quente; e como achou os mares mais brandos, pôs a proa em Aloesnoroste per espaço de quatro meses. E sendo obra de mil e quinhentas léguas da boca do estreito, segundo sua estimação, e em altura de dezoito graus da banda do Sul, acharam a pequena ilha, que foi a primeira terra que viram depois da saída do

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

estreito, a que puseram nome Ilha Primeira. E di a duzentas léguas ao Noroeste, desta em altura de treze graus, acharam outra que seria de uma légua, em a qual fizeram pescaria; e polos muitos tubarões que nela havia, lhe chamaram dos Tubarões. E porque ele, Fernão de Magalhães, sabia que as Ilhas de Maluco estavam debaixo da Linha Equinocial, desta Ilha dos Tubarões foi navegando até se meter nela. Cursando tanto per este rumo que levava, que, de lhe parecer que tinha escorrido as Ilhas de Maluco, (ca, segundo sua Carta, passava de cento e oitenta graus de longura), passou-se da banda do Norte em altura de quinze graus e meio, a ver se achava algumas ilhas ou terra das que nós navegamos, pera tomar língua e saber em que paragem era, já como homem que tinha perdido a estimação do lugar em que podia ser. Na qual paragem achou um número de ilhas pequenas, e di, por serem desertas, foram subindo até altura de vinte e um graus, desejando achar alguma terra firme, e fazendo interrogações sobre isso ao astrólogo Andrés de San Martim, porque, como lhe já falecia a conta e razão do marear, deixando a astronomia, convertia-se à astrologia.

Finalmente, porque ele andou per aqui tornando a diminuir da altura de ilha em ilha, como dizem, às redes – em uma parte lhe matavam homens, em outra lhe furtavam o batel, e se aqui recebiam mantimentos, ali afrontas e perigos – veio ter a uma ilha chamada Subo, onde acabou seus trabalhos.

A qual ilha está em altura de dez graus da parte do Norte, e terá em roda dez ou doze léguas, onde acharam ouro e tanto gasalhado no Rei gentio dela, que veio Fernão de Magalhães a o querer fazer cristão,

o que ele aceitou, baptizando-se com sua mulher e filhos e mais de oitocentas pessoas, e isto mais por artifício do que havia mister dele, que por devoção ou eleição de melhor estado. E o caso foi este:

Como onde há vizinhança logo há competência, este Rei, a que ele, no baptismo pôs nome D. Fernando, acertou de ter por vizinho outro Rei com quem andava em guerra, contra o qual ele lhe pediu ajuda, pois era já feito cristão e chamado Fernando, do seu nome.

Fernão de Magalhães, polo comprazer, meteu-se neste negócio de guerra; e pero que houve duas vitórias do rei i(ni)migo de D. Fernando, quando veio a terceira, com duas ciladas que lhe armaram os i(ni)migos, foi necessário os castelhanos recolherem-se aos batéis. E primeiro que se salvassem, foram mortos Fernão de Magalhães e o astrólogo Andrés de San Martim e um Cristóvão Rabelo, português, com outros seis ou sete homens, a vinte sete dias do mês de Abril, de quinhentos e vinte um.

O qual tempo e lugar de suas mortes não alcançou o astrólogo Andrés de San Martim, posto que pelo ascendente de sua partida e per algumas interrogações que lhe Fernão de Magalhães fizera, ele lhe tinha dito que naquele caminho lhe via um grande perigo de morte. Parece que

levava errados os números das Távoas do Almanaque per que se regia, como ele dizia e adiante veremos em algumas operações que fez de oposições de planetas com a Lua, pera saber a distância do meridiano de Sevilha ao lugar onde as tomava.

Sobre este grande desastre sucedeu outro, que os meteu em maior confusão; e foi que os reis i(ni)migos vieram fazer paz entre si, com tal que o Rei Fernando trabalhasse por os matar a todos. E porque não pôde



THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

mais, acolheu vinte dos principais, em que entravam os capitães Duarte Barbosa, João Serrão, e com simulação de lhe dar um banquete, foi do vaso da morte, do qual feito escapou somente vivo João Serrão.

Este foi trazido à praia com as mãos atadas à vista das naus, o qual deu nova do caso, e que o traziam ali pera o resgatarem por dous berços de metal e alguma pólvora. E pero que os castelhanos se pusessem em um batel, chegados um pouco à praia, onde os índios estavam com ele, a quem havia de fazer a entrega, começaram a pedir mais, entretendo os castelhanos de maneira que, temendo eles alguma traição, sem terem de ver mais com João Serrão, nem com as palavras que ele dizia pera os mover a piedade, se recolheram à nau. E quando viu que o deixavam naquele estado, porque João Lopes Carvalho, o português, ficou ali por principal cabeça, disse contra ele:

– Ah! compadre, mal vos demande Deus minha morte, pois me não quereis livrar dela!

E então pediu que por amor de Deus que não esbombardeassem o lugar, por o não matarem logo, se com os tiros fizessem algum dano, ca se tornariam a ele.

Os castelhanos, partidos dali o primeiro de Maio de quinhentos e vinte e um, que foi o dia em que lhe aqueceu esta má fortuna, foram ter a uma ilha dez léguas desta; e feito alardo da gente que tinham, por terem perdidos cinquenta homens na ilha, e outros per o caminho, acharam-se per todos cento e oitenta pessoas.

E havido conselho, porque não podiam navegar três naus, queimaram uma, e per as duas repartiram a gente; e de uma chamada a Vitória fizeram capitão um João Sebastião, que era mestre da mesma nau, e da outra o piloto João Lopes Carvalho, o qual depois foi tirado do cargo e preso por algumas cousas que não aprouveram aos castelhanos, por ser homem vicioso. E esta prisão foi em a ilha Bornéu, tendo já passado por Mindanau e por outras ilhas, onde os quiseram matar; e em lugar dele fizeram capitão a um João Baptista, que era mestre da mesma nau.

Finalmente, de ilha em ilha foram ter às de Maluco, onde el-rei de Tidore, polos ciúmes que tinha de nós querermos fazer fortaleza ante em Ternate que em sua terra, os agasalhou mui bem, e aceitou ficarem ali alguns pera feitorizar cravo, que eram aqueles que ficaram com João de Campos, como atrás escrevemos. E porque nas ilhas não havia tanto cravo que abastasse pera carregar as duas naus por ser fora da novidade, e

somente havia algum velho, quisera-os el-rei deter até vir a novidade, e lho dar em abundância; o que eles não quiseram esperar, temendo que fossem lá ter nossas naus, como cada ano costumavam.

El-Rei, quando viu a sua pressa, em um mês, que foi o mais tempo que os ali pode deter, não somente mandou buscar quanto pode haver na sua terra, mas ainda teve muita diligência como pelas outras ilhas, e principalmente em Ternate, lhe fizeram boa soma, muita parte do qual lá tinham feito portugueses per seus feitores.

E um português per nome João de Lourosa, que estava em Ternate, como homem desleal à pátria, foi ainda em ajuda de fazer esta carga, e meteu por condição que ele se queria vir em as mesma naus, e que lhe haviam de trazer nelas trinta bahares de cravo. O qual partido os castelhanos aceitaram, porque, pelos avisos que lhe ele dava das cousas da Índia e promessas de os levar à ilha de Banda a carregar de massas, e assim a Timor de sândalo, houveram eles que este homem lhe era enviado per Deus, com que, polo contentar ao presente, assentaram de o fazer capitão da nau de que tiraram o Carvalho, e ali o fizeram. Porém depois tiveram outro conselho, que melhor lhe vinha pera sua viagem tornar a capitania ao Carvalho, por ser piloto que vir por capitão João de Lourosa.

Vindos de Banda, tomaram ali alguma maça em dez dias, ca não se quiseram mais deter, assombrados do que lhe João de Lourosa fazia crer, dizendo que tinha por nova que na Índia se fazia uma armada de certos galeões, de que era capitão um Pero de Faria, o qual mandava o Governador da Índia a fazer uma fortaleza em Maluco; e que, se os achasse, cressem verdadeiramente que era homem que os havia de meter no fundo. E não se contentou de dizer aos castelhanos isto, não sendo assim, mas ainda fez algumas cartas a seus amigos da Índia, em que lhe notificava como ia naquelas naus de Castela, e as escusas que dava eram com dizer algumas cousas contra este reino; as quais cartas António de Brito, quando per ali veio, houve à mão; e polo que disse e fez, lhe foi depois cortada a cabeça per ele mesmo, António de Brito, em Ternate, com pregão de traidor, como veremos.

Partidas estas duas naus de Banda, passaram per a Ilha de Timor pera saírem pelo Canal de Solor, e atravessarem aquele golfo, e per fora da Ilha de S. Lourenço virem demandar o Cabo de Boa Esperança. E porque a nau de que era capitão e piloto

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

o Carvalho, sendo da Ilha Banda obra de cento e oitenta léguas, lhe abriu uma água, de maneira que se iam ao fundo, houveram conselho que a outra nau se partisse pera Castela, e eles tornassem arribar a Ternate, como fizeram, e a de Castela fez seu caminho, e veio cá ter, que causou o que adiante diremos, e a outra tornou a Ternate.

A qual foi logo mui bem consertada; e ante que partisse, não polo caminho da outra, senão com fundamento de tomar a terra do porto de Panamá, que é nas costas da terra firme das Antilhas, faleceu o piloto João Carvalho, e em lugar dele fizeram o mestre chamado Batista Genovês e capitão Gonçalo Gomes, de Espinosa, que fora meirinho de toda armada.

O qual, seguindo sua viagem, e sendo já oitocentas léguas de Maluco em quarenta e dous graus de altura, tornou outra vez arribar, e veio ter nas costas da ilha chamada Batochina, em o porto de uma vila per nome Gramboconora, do qual lugar António de Brito foi logo avisado como ali estava e tão desbaratada de água que fazia e fortuna que passara, que, se lhe logo não acudira, ela e a gente se perdera. E a primeira cousa que fez, a requerimento de um Bertolameu Sanches, escrivão da mesma nau, o qual o capitão Gonçalo Gomes mandava pedir misericórdia polo estado em que ficava, foi mandar uma caravela com muitos mantimentos e âncoras pera a nau. E trás ela mandou logo Cachil Daroez, governador de Ternate, com algumas coracoras, que são grandes navios de remo; e trás ele foi D. Garcia Henriques em navios pera trazerem a nau àquele porto, e se não perder de todo, como o mesmo Gonçalo de Espinosa lhe mandava requerer. E porque Cachil Daroez, per razão dos seus navios serem de remo, chegou primeiro à nau que a caravela de D. Garcia, como homem que se queria mostrar leal a nossas cousas e estar mui escandalizado del-rei Almançor receber em seu reino os castelhanos, entrando em a nau, quisera com sua gente de guerra que levava fazer logo sangue. E verdadeiramente, se não fora o feitor Duarte de Resende, ao qual António de Brito com certos portugueses mandou ir com ele, sem dúvida Cachil Daroez houvera de lavar do ferro.

Finalmente, entrada a nau, quando Duarte de Resende viu a gente, houve grande piedade, porque os mais deles andavam derreados, que se não podiam mover senão com ajuda, quase paralíticos, e eram já mortos trinta e sete homens, e andava a nau tão iscada

da enfermidade, além dos trabalhos de fome e outras necessidades, que receavam os nossos, depois que veio D. Garcia, entrar dentro como em cousa de peste.

Trazida a nau e a gente ao porto de Ternate, como vinha desbaratada, com um tempo que logo sobreveio se desfez toda em o recife de pedras que o porto tem. A gente, António de Brito a mandou curar e prover com tanto cuidado como se foram naturais deste reino, e não levados aquelas partes pera lhe darem desgosto; e quando se D. Garcia Henriques veio pera a Índia, todolos que com ele se quizeram vir ele os trouxe, e assim Gonçalo Gomes, de Espinosa, o capitão, que depois, o ano de quinhentos e vinte seis, veio ter a este reino. Do qual eu houve alguns papéis que lhe achei, entre os quais foi um livro feito per ele de toda aquela sua viagem; e assim houve outros papéis e livros que Duarte de Resende, feitor de Maluco, recolheu do astrólogo Andrés de San Martim. Porque, como era latino e homem estudioso das cousas do mar e geografia, entendeu logo nelas; e vindo a este reino, houvemos dele alguns, principalmente um livro que ele, Andrés de San Martim, escreveu de sua mão, em o qual está o descurso do caminho que fez e de todas suas alturas, observações e conjunções que tomou. E porque acerca desta matéria algumas pessoas tem escrito cousas de que não tiveram boa informação, e outros maliciosamente dizem muitas falsidades, que aqui dissermos será do mesmo seu livro, por ser parte sem suspeita polo que toca à nossa.

No Rio de Janeiro, a dezassete dias do mês de Dezembro de quinhentos e dezanove, tomou ele uma conjunção de Júpiter com a Lua; e no primeiro de Fevereiro de quinhentos e vinte tomou outra posição da Lua e Vénus; e a vinte três do dito mês e era, outra do Sol e da Lua; e em dezassete de Abril do mesmo ano, um eclipse do Sol, e a vinte três de Dezembro, já passado o estreito, uma oposição do Sol e da Lua, e todas estas observações calculava sobre o meridiano de Sevilha. E de lhe não responderem a seu propósito sobre o negócio a que iam, aqueixa-se de umas Távoas de Joanes de Monte Régio, dizendo que não pode ser senão que os números estavam errados, e que lhe parecia que devia ser por culpa dos impressores. E em uma destas observações (não dizemos em que parte foi, porque tudo guardamos pera seu tempo), depois de ter calculado suas equações, diz estas formais palavras:

“De maneira, que haveria diferença deste meridiano ao meridiano de Sevilha, não estando erradas

THE HISTORIC FIRST JOURNEY OF GLOBALISATION

as Távoas do dito Almanaque quarenta e dous minutos de hora, porém, porque me consta ser muito mais a diferença, infiro haver erro nas Távoas, que certo não sei a que o atribuí. Porque atribuí-lo a vício da impressão, não é de crer uma cousa tão comum e tão divulgada como os Almanagues de Joanes de Monte Régio, da impressão de João Lieresteim abandonar de tantos vícios nela, por razão do crédito de sua impressão. Pois atribuí-lo a que João de Monte Régio errasse a equação dos movimentos, também me parece grave cousa dizer um homem de tanta veneração e autoridade em astronomia, ter errado sua obra. Também me maravilho, e muito mais ver minhas experiências não convirem com o escrito. Infiro e cerro-me em dizer que *Quod audivimus, loquimur; quod vidimus, testamur*; e que, toque a quem tocar, em o Almanaque estão errados os movimentos dos céus: *Sicuti experientia experti fuimus*". Foram também tomadas algumas cartas de mar; e pero que não houvéssemos alguma, sabemos que delas vinham somente arrumadas pera lançarem as terras que descobrissem. E porque viam per estas operações do astrólogo, e assim per suas singraduras e estimativa ao modo da sua arte, ser mais em nosso favor que no seu, situavam as terras da derrota a seu propósito, e não segundo o que achava ele, Andrés de San Martim. E de estas, e outras cousas serem feitas com malícia, testemunhou à hora de sua morte um deles, per nome Bustamente, o qual, indo em um navio nosso de Malaca pera a Índia, foi ter às ilhas de Maldiva, onde faleceu por ir muito enfermo. E no seu testamento disse que, por descargo de sua consciência, declarava que tal cousa e tal, em alguns instrumentos que os castelhanos tiraram em Maluco sobre aquele seu negócio, ele testemunhara o contrario da verdade, porque o fazia em seu favor; e onde se as cousas querem provar per este modo, elas ficam baptizadas em nome.

Fica aqui dizer uma cousa por honra de Duarte de Resende, a que quero acudir por razão de sangue e também das boas letras que tinha. Ele me dirigiu um Tratado sobre esta navegação de Castela, como quem teve na mão uns apontamentos que o astrólogo Faleiro tinha feitos ante de sua doudice, nos quais dava modo como se poderia verificar a distância dos meridianos, a que vulgarmente os mareantes chamam altura de Leste-Oeste. Sobre os quais Fernão de Magalhães, em cujo poder eles ficaram, ante que passassem o estreito no porto de S. Julião, quis ter prática; e foi assentado per



todos os pilotos, que em nenhum modo se podia navegar per ali. Do qual regimento, que era trinta capítulos, Andrés de San Martim, como homem douto na astronomia, concede o quarto capítulo, que era pelas conjunções e oposições da Lua com os outros planetas, por ser causa certa e fácil. E porque Duarte de Resende traz as formais palavras que Andrés de San Martim diz sobre esta matéria, e também sobre um eclipse do Sol, que ali tomou, de que atrás falámos, e fala per termos astronómicos, ou foi do Tratado que me ele dirigiu que eu emprestei, ou que também ele em sua vida daria o traslado a outrém, donde quer que fosse, quiseram-se aproveitar dele em uma escritura desta navegação do Magalhães. E o autor da obra, quando vem a falar no caso (bem sei que o não fez de malícia, mas de algum descuido ou de não ter notícia dos termos), confunde-os, dizendo, que o meridiano daquele porto distava do de Sevilha donde partiram, sessenta e um graus de Norte e Sul. E ele, Andrés de San Martim, diz que o meridiano daquele porto distava do meridiano de Sevilha sessenta graus da Linha Equinocial; porque graus da Equinocial são graus de longura; e graus de Norte-Sul são de largura. E quem estava além da Linha em quarenta e nove graus e dezoito minutos, em que está o Rio de S. Julião, segundo o mesmo Andrés de San Martim tomou, e

A PRIMEIRA VIAGEM HISTÓRICA DA GLOBALIZAÇÃO

em Sevilha que está da parte do Norte em trinta e sete e meio, ajuntando uns aos outros, faria oitenta e seis graus, quarenta e oito minutos de Norte e Sul; mas isto não se conta assim, nem menos Andrés de San Martim faz esta conta.

Quisemos apontar este erro, porque pode a tal escritura dele ir à mão de pessoas doutas nesta faculdade; não queria que dessem a culpa a Duarte de Resende, senão a quem mal usou dos seus termos; ou demos por desculpa ao autor da obra, a que tomava Andrés de San Martim nas suas equações, que estavam os números errados por culpa do impressor, que é mui bom velhacouto aos que compomos alguma cousa. E assaz de prudência é quem se dela sabe aproveitar, posto que mais modéstia seria confessar que somos homens, de que é próprio errar.

O que resultou da vinda da nau que veio ter a Castela, foi haver entre el-rei D. João, nosso Senhor, e o Emperador D. Carlos Quinto e Rei de Castela algumas dúvidas, tratando-se o caso sobre estes dous

pontos – posse e propriedade – por razão das demarcações, que entre estes dous reinos havia; pera o qual negócio se ajuntaram de ambalas partes três géneros de pessoas: juristas, geógrafos e mareantes. E porque entre eles houve mais dúvidas das que havia no caso, estes dous Príncipes se concertaram depois per si da maneira em que ora o caso está; e parece-nos que o há-de vir a determinar por parte da propriedade o mesmo Andrés de San Martim com seus eclipses, como demonstraremos em a nossa Geografia; e verificá-los-emos per suas próprias experiências que fez, e per livros que não tenham erros na impressão, porque não haja valhacouto contra a verdade. E quanto à posse, quem ler o que atrás escrevemos da continuação que os nossos tinham naquelas ilhas, do ano de onze que Afonso de Albuquerque as mandou descobrir até o ano de vinte, ante que a armada de Castela lá fosse, que são dez anos de tempo, com todos os outros negócios de cartas e requerimentos que os Reis daquelas ilhas tiveram connosco, parece que julgará a posse por boa. **RC**

NOTAS

- 1 *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, (livro VI, cap. VIII), edição de M. Lopes de Almeida, vol. 2, Porto, Lello & Irmão Editores, 1979, p. 160.
- 2 Tradução portuguesa de Francisco Manuel do Nascimento em *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, vol. 2, Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 225.
- 3 *Idem, ibidem*, pp. 226-227.
- 4 *Lendas da Índia*, vol. III, ed. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, p. 176.
- 5 *Lendas da Índia*, vol. II, ed. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, p. 626.
- 6 *Terceira Década da Ásia de João de Barros*, Lisboa, João de Barreira, 1563, f. 146 v-147v.
- 7 *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Parte IV, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955, pp. 94-99.
- 8 *Tratado sobre as Ilhas de Maluco*, atribuível a António Galvão (c. 1544), publicado por Hubert Jacobs em *A treatise on de Molucas* (...), Roma, Jesuit Historical Institute, 1971 (pp. 200-204 para o tema que aqui nos interessa). Posteriormente esta obra foi publicada em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, ed. de Artur Basílio de Sá, vol. 6, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, pp. 3-160, e a partir desta última edição com o texto em português actualizado por Maria da Graça Pericão com um comentário por Luís de Albuquerque em *Tratado das Ilhas Molucas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- 9 *Tratado que compôs o nobre & notauel capitao Antonio Galuao, dos diuersos & desuayrados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta & especearia veyo da India ás nossas partes & assi de todos os descobrimentos antigos & modernos que sao feitos até a era de mil & quinhentos & cincoenta (...)* [Lisboa], João da Barreira, 15 Dezembro 1563.
- 10 Publicadas respectivamente em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, ed. de Artur Basílio de Sá, vol. 3, Lisboa, 1955, pp. 192-343 e 345-508, tendo esta segunda versão sido publicada numa versão melhorada no 6.º vol., desta série, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, pp. 163-289.
- 11 *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, ed. de Artur Basílio de Sá, vol. 6, pp. 212-214.
- 12 Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, vol. I, Lisboa, 1741, p. 742.
- 13 *Discursos Vários Políticos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 35 (1.ª ed., Évora, 1624).
- 14 Maria Leonor Carvalhão Buescu, “Introdução” a Duarte Resende, *Tratado da Amizade, Paradoxos e Sonho de Cipião*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 25.
- 15 “Dois Duartes de Resende” in *Crítica e História: Estudos*, vol. I, Lisboa, 1910, pp. 71-81.
- 16 Barros *Ásia*, 1563, fls. 145v.-155.
- 17 Sobre esta obra cf. nota 2 e em particular os estudos de Jean Aubin, “Études magellaniennes”, in *Le latin e l’astrolabe*, vol. II, Lisboa / Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 579-585 e Francisco Contentes Domingues em “Relato da viagem de Fernão de Magalhães” in *As Grandes Viagens Marítimas*, Lisboa, Publicações Alfa (colecção: *Biblioteca da Expansão Portuguesa*, n.º 1, 1989, pp. 99-126.
- 18 *Terceira Década da Ásia* de João de Barros, Lisboa, João de Barreira, 1563, f. 145v.-155.